

Do Desenvolvimento “Para Fora” ao Desenvolvimento “A Partir de Dentro”: as origens da concepção de desenvolvimento endógeno do governo bolivariano de Hugo Chávez

Pedro Silva Barros*

Área: Área Especial – Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo

Resumo:

O artigo discute as bases teóricas da proposta de desenvolvimento do governo venezuelano de Hugo Chávez, em especial o conceito de “desenvolvimento endógeno” e seus desdobramentos práticos a partir de 2003. O fio condutor do texto é a apresentação da evolução da discussão sobre desenvolvimento na América Latina. Inicia-se com a teoria estruturalista da CEPAL dos anos quarenta e cinquenta, passa-se pela teoria da dependência dos anos sessenta e setenta e termina-se por discutir o conceito de “desenvolvimento endógeno”, concebido nos anos noventa como resposta neoestruturalista ao programa do “Consenso de Washington”. Tanto na discussão sobre o estruturalismo como na sobre neoestruturalismo são debatidas suas aplicações na Venezuela.

Palavras-chave: desenvolvimento endógeno, Venezuela, missões sociais, empresas de produção social, Hugo Chávez.

Abstract:

The article discusses the theoretical foundations for the development plan of Venezuela as proposed by Hugo Chávez's government, in particular the concept of “Endogenous Development” and its practical implications since 2003. First, the evolution of the debate about Latin American development is presented. It begins with the ECLAC's Structuralism theory in the nineteen forties and fifties; passing through the Dependency theory of the sixties and seventies; and, concluding with the discussion of the “Endogenous Development” concept, conceived during the nineties as a neostructuralist response to the “Washington Consensus” program. The article applies the Latin American debate into Venezuelan context.

Key words: endogenous development, Venezuela, social missions, social production enterprises, Hugo Chávez.

1.Introdução

A Venezuela tem uma economia peculiar, porém não imune às condições econômicas gerais da América Latina e as discussões sobre os modelos de desenvolvimento mais

* Professor do Depto. de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este trabalho é baseado em parte do capítulo 1 “Desenvolvimento e Acumulação” da dissertação de mestrado do autor “Governo Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo”, defendida dia 18 de maio de 2007 na PUC-SP.

adequados para a região. Busca-se, neste artigo, entender como as teorias sobre desenvolvimento produzidas na periferia do sistema capitalista se relacionaram com a economia venezuelana.

A Venezuela é um país petroleiro desde a década de 1920, quando o petróleo superou o café como principal produto de exportação.

Composição das exportações, 1920 – 1935 (Milhões em bolívares)

Anos	Totais	Petrolíferas	%	Café e cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA: 1991, p. 66.

Como a maioria dos países latino-americanos, a Venezuela vivia da monocultura agrícola para exportação (principalmente café e cacau) e da agricultura de subsistência. Ao submeter seu projeto de desenvolvimento ao objetivo de ser um grande exportador de petróleo, a Venezuela passa a ser, paradoxalmente, um país isolado dos vizinhos. Exporta petróleo, importa o resto; principalmente dos Estados Unidos¹. Durante a maior parte das últimas décadas o petróleo responde por mais de 75% das exportações, 50% da arrecadação do Estado e 25% do produto interno bruto venezuelano.

Desde os trinta e principalmente após a segunda guerra mundial, o país tentou aplicar políticas de desenvolvimento a partir do Estado. Estas políticas funcionaram bem até o final da década de sessenta e ganharam sobrevida durante toda a década de 1970, devido, sobretudo, aos altos preços do petróleo². Entretanto, na década de 1980 a fartura chegou ao fim: os preços do petróleo desabaram e a Venezuela não ficou imune à crise da dívida que atropelou qualquer tentativa de desenvolvimento de quase todos os países da América Latina.

¹ Desde a década de 1950 os Estados Unidos da América são responsáveis por mais da metade, nos dois lados da balança, do comércio exterior da Venezuela.

² O preço do barril do petróleo chegou aos US\$ 40,00 em 1979, no começo daquela década estava abaixo dos US\$ 4,00 (valores não corrigidos).

Durante os anos noventa a Venezuela adotou uma agenda alinhada com as teses do “Consenso de Washington” de abertura econômica, privatizações e desregulamentação da economia. Porém, a essência do neoliberalismo venezuelano deste período foi a desvinculação entre companhia petroleira estatal PDVSA, que havia sido criada na década de setenta, e Estado.

Esta agenda além de não tirar a Venezuela da crise dos anos oitenta levou o país a um esgotamento do seu pacto político que garantira a democracia formal por quarenta anos, a um esgotamento do seu modelo de “capitalismo retístico” e ao esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento por ela proporcionado. É neste quadro de triplo esgotamento que chega a presidência o tenente-coronel Hugo Chávez com a proposta de refundar a república e reformular seu modelo de desenvolvimento.

Neste texto analisaremos a evolução histórica do conceito de desenvolvimento na América Latina a partir das primeiras formulações estruturalistas da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) em 1949, passaremos pela crítica a esta concepção feita pelos autores da “teoria da dependência” para chegarmos às propostas neoestruturalistas de “desenvolvimento endógeno”, que são reivindicadas pelo governo Hugo Chávez como modelo para a América Latina. Por fim, discutiremos alguns dos mecanismos de aplicação desta teoria nas políticas sociais e econômicas do governo venezuelano a partir de 1998, especialmente as missões sociais, as indústrias básicas e as “empresas de produção social”.

2. O estruturalismo cepalino

As teorias desenvolvimentistas ganharam importância no debate internacional após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo precisou ser reconstruído e o paradigma liberal - hegemônico até a crise de 1929 - estava desacreditado. A partir de então, especialmente no terceiro mundo, começaram a ocorrer discussões sobre os rumos econômicos de países que haviam recentemente passado por mudanças políticas profundas, como a conquista da independência política ou a ascensão ao poder de governos que davam grande destaque às propostas de desenvolvimento nacional.

As literaturas do período definiam o desenvolvimento como

“a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da máxima produtividade, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional” (DOS SANTOS: 2000, p. 16).

Dessa forma, as teorias do desenvolvimento buscavam definir os instrumentos de intervenção capazes de alcançar os resultados desejados, tendo em vista a aproximação ao “modelo de sociedade moderna ideal” (países ocidentais vencedores da 2ª Guerra), a partir de diagnósticos dos obstáculos à plena implantação dessa modernidade. Neste momento, a noção de planejamento estatal, antes restrita à União Soviética, é disseminada no mundo ocidental. (LAFER, 1970).

A questão que impulsionava o debate sobre o tema do desenvolvimento econômico e social era a profunda desigualdade entre os países que se industrializavam e que atingiam elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e os que não se industrializavam e permaneciam em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais. Na América Latina, este momento histórico fazia aparentar que a região tinha todas as condições para concluir o processo de industrialização que havia sido impulsionado pelo fechamento dos mercados internos provocado pela depressão dos anos trinta, pela guerra e pelo considerável acúmulo de divisas do período anterior.

Celso Furtado considera que as mudanças que aconteciam na América Latina eram as que caracterizam um processo de desenvolvimento econômico de maneira geral. Porém a região apresentava alguma dificuldade para superar o último item; a não menos relevante, dependência de auxílio externo.

*“As mudanças que caracterizavam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das importações de produtos industrializados e das exportações de produtos primários e **menor dependência de auxílio externo.*** (FURTADO: 1970, p. 141, grifo nosso)

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto enumeram as condições que foram necessárias para ocorrer, nas economias latino-americanas, a industrialização por substituição das importações de bens de capital no início dos anos cinquenta:

“1) um mercado interno suficiente para o consumo dos produtos industriais, formado desde o século XIX pela integração da economia agropecuária ou

mineira ao mercado mundial; 2) uma base industrial formada lentamente nos últimos oitenta anos, que compreendia indústrias leves de consumo (alimentícias, têxteis etc.) e, em certos casos, a produção de alguns bens relacionados com a economia de exportação; 3) uma abundante fonte de divisas constituída pela exploração agropecuária e mineira; 4) fortes estímulos para o crescimento econômico, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia, graças ao fortalecimento do setor externo a partir da segunda metade da década de 1950; 5) a existência de uma taxa satisfatória de formação interna de capitais em alguns países, como, por exemplo, na Argentina” (CARDOSO & FALETTO: 2004, p. 18-19).

Cardoso e Faletto mostram que a região, de modo geral, apresentava condições muito mais satisfatórias para a industrialização do que algumas poucas décadas antes, embora considerassem que havia algumas diferenças entre os países latino-americanos. Celso Furtado, porém, é muito mais incisivo ao afirmar que *“a substituição de importações [de bens de capital] somente se concretizou nos países que já haviam passado pela primeira fase de industrialização, isto é, que já possuíam um núcleo significativo de indústria de bens de consumo corrente”* (FURTADO: 1970, p. 141)

Maria da Conceição Tavares, por sua vez, enfatiza a importância dos choques adversos (as duas grandes guerras e a crise econômica mundial da década de trinta) para a aceleração da industrialização por substituição de importações. Para a autora, a formação desses núcleos de indústria de bens de consumo (que foram fundamentais no entendimento de Furtado) só foi possível naquela conjuntura:

“de 1914 a 1945 as economias latino-americanas foram sendo abaladas por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de vinte anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos 1930, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador.” (TAVARES: 1964 p. 222).

Nessa conjuntura de reconstrução do mundo pós - guerra, surgiram, a partir de 1944, instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, que tinham o propósito de buscar *“a paz, o desenvolvimento e estabilidade econômica e financeira dos países”*, de maneira bastante distinta da que se tornou notória a partir da década de 1980 e, especialmente na década de 1990, quando *“(…) se convirtieron en nuevas instituciones misioneras, a través de las cuales (...) ideas fueron impuestas sobre los reticentes países pobres que necesitaban con urgencia sus préstamos y subvenciones”* (STIGLITZ: 2002, p. 41)

A conjuntura de 1940 era propícia ao surgimento de instituições internacionais que impulsionassem políticas de desenvolvimento conduzidas pelo Estado, conforme expressa

Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial, ao comentar as mudanças do papel do FMI:

“Fundado en la creencia de que es necesaria una presión internacioal sobre los países para que acometan políticas económicas expansivas – como subir el gasto, bajar los impuestos o reducir los tipos de interes para estimular la economía – hoy el FMI típicamente aporta dinero solo si los países emprenden políticas como recortar los déficits y aumentar los impuestos o los tipos de interés, lo que contra ela economía. Keynes se revolvería em su tumba si supiese lo que ha sucedido com su criatura” (STIGLITZ: 2002, p. 40)

Foi nesse quadro de amplas transformações nas relações internacionais que foi criada, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). No ano seguinte, a CEPAL, que *“ainda era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos, de docilidade comprovada”* (FURTADO: 2002 p. 87), surge como uma escola de pensamento com um projeto e uma estratégia político - econômica para a América Latina, que vigorou com sucesso, do ponto de vista do crescimento econômico, até os anos setenta.

As teorias estruturalistas da CEPAL nos mostravam uma visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, em escala mundial. Seus autores argumentavam que o sistema econômico global era organizado de maneira hierarquizada: o *“centro cíclico principal”* esteve na Inglaterra desde a revolução industrial e transferiu-se para os Estados Unidos no início do século XX. Segundo esses autores, os *“centros cíclicos”* é que impõem os padrões de comércio e desenvolvimento desiguais e hierarquizados que originam as *“periferias”* do sistema. Para os primeiros estruturalistas cepalinos, este é o ponto de partida da explicação da forma e do ritmo do crescimento econômico, da difusão desigual do progresso tecnológico, da dualidade entre o *“centro”* e a *“periferia”* e das condições de desemprego estrutural e concentração de riquezas nos países da América Latina.

A política econômica estruturalista cepalina defendia a concentração dos esforços econômicos para absorção de uma tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade e de definir uma política de investimento que, por meio do Estado, criasse a infra-estrutura requerida por esta diversificação. Nesse período, a América Latina passava por grandes transformações. A crise mundial dos anos trinta e quarenta favoreceu a implantação de uma indústria elementar na região que se transformou na base para um tipo de desenvolvimento que

“terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo eram as empresas multinacionais criadas nas décadas de 1940-60. Essa nova realidade contestava a noção de que o subdesenvolvimento significava a falta de desenvolvimento. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento” (DOS SANTOS: 2000, p. 17).

Ricardo BIELSCHOWSKY (2000) apresenta três pontos estruturantes da formulação da CEPAL nos anos cinquenta: inserção internacional periférica, condições estruturais internas e planejamento. Argumenta que *“a análise cepalina tem como um de seus instrumentos básicos a didática do contraste entre o modo com que o crescimento, o progresso técnico e o comércio internacional ocorrem nas estruturas econômicas e sociais dos países ‘periféricos’ e o modo como ocorrem nos países ‘cêntricos’”* (BIELSCHOWSKY: 2000 p. 27). Portanto, a partir do contraste entre centro e periferia nota-se que há uma relação de interdependência entre as duas esferas e que há também uma *deterioração dos termos de troca* dos países da periferia: a maior lentidão do progresso técnico dos produtos primários em relação aos produtos industriais leva a um encarecimento dos segundos em relação aos primeiros. Conforme explicita João Manuel Cardoso de Mello:

“a propagação desigual do progresso técnico (que é visto como essência do desenvolvimento econômico) se traduz (...) na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais.” (MELLO: 1986, p. 14)³

³ No prefácio desta obra Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo se refere à importância que a formulação cepalina teve para a reflexão crítica nos períodos mais difíceis de nossa história: *“o Capitalismo Tardio é uma tese e uma história. Suas páginas desafiam uma hipótese sobre a constituição do capitalismo brasileiro e, ao mesmo tempo, contam a história intelectual do núcleo fundador do [Departamento de Economia](#) da [Universidade de Campinas](#). Éramos todos cepalinos e, portanto, réprobos, num momento da vida brasileira e latino-americana em que a vitória do pensamento conservador e tecnocrático parecia definitiva. Éramos todos deserdados do debate político e social do pós-guerra que cessou, de repente, numa manhã de abril de 1964. Foi nesse grande silêncio que pudemos escutar com maior clareza as vozes que ainda teimavam em fazê-lo no exílio ou desterrados do meio de seu povo”*.

Para o pensamento estruturalista cepalino da década de 1950, a divisão internacional do trabalho leva a uma menor elasticidade-renda dos consumidores dos países centrais por produtos primários em comparação à elasticidade-renda dos consumidores dos países periféricos por produtos industrializados e a diferenças dos mercados de trabalho. Para os estruturalistas, a especialização em produtos primários caracterizava uma desvantagem comparativa. O excesso de mão-de-obra na agricultura subdesenvolvida potencializava a deterioração dos termos de troca.

O protecionismo passou a ser defendido, mesmo se sabendo que a eficiência da produção industrial seria menor na periferia, e as teorias clássicas sobre comércio internacional (Adam Smith e David Ricardo) passaram a ser questionadas. Deste modo, entendia-se que as desigualdades eram reproduzidas pelos intercâmbios comerciais e permaneceriam assim até que fosse concluído o processo de industrialização, já que a própria dinâmica da industrialização requer produtos (bens de capital) cada vez mais intensivos em tecnologia. Ou seja, a pauta de importações seria alterada, porém sem nenhuma mudança quanto à deterioração dos termos de troca.

O tema do desenvolvimento latino-americano é indissociável das discussões estruturalistas cepalinas e, embora a economia venezuelana apresente características fundamentais específicas em relação aos outros países do subcontinente, o processo de industrialização por substituição de importações foi aplicado no país.

Maria da Conceição Tavares considera que a dinâmica substitutiva consiste na forma como a economia reage a sucessivos estrangulamentos do balanço de pagamentos, amenizados nos países petroleiros, como a Venezuela (implícita nos parênteses): *“a partir de 1954, as condições externas voltaram a ser francamente restritivas (com exceção dos países petroleiros) e a capacidade para importar da região tendeu novamente à estagnação. A maior parte dos países não pôde manter o seu ritmo de desenvolvimento pela via da substituição de importações”* (TAVARES: 1964 p. 222) e complementa afirmando que *“a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se(...) a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência.* (p. 231). Deste modo, a grande dificuldade do processo de industrialização por substituição de importações é ultrapassar a barreira da produção dos produtos mais intensivos em tecnologia.

2.1 O processo na Venezuela

Na Venezuela, observou-se a intensificação da ação do Estado na economia, que teve início ainda no decorrer da Segunda Guerra Mundial. O presidente Medina Angarita (1941-1945) iniciou um processo de transformação da renda do petróleo em capital produtivo, aumentando a participação do Estado na regulamentação e controle das atividades petroleiras. Essa atuação do Estado foi concretizada por meio de uma política de ajuda ao fraco setor industrial (baseada na defesa da produção interna, em especial nas barreiras alfandegárias). Durante a década de cinquenta, colocou-se em prática no país o *Nuevo Ideal Nacional*, denominação que recebeu a doutrina do governo de Pérez Jiménez (1952-1958) ao propor o "*reacondicionamiento gradual del territorio nacional en todos sus aspectos físicos, para hacerlo más apto a la civilización contemporánea*" (BANKO: 2006 p. 7). Com base em uma concepção desenvolvimentista e sob um regime político autoritário, promoveu-se a construção de infraestrutura de uso agrícola, algumas indústrias básicas, sistemas de transporte e telecomunicação (CASTILLO: 1990, pp. 157-159), utilizando-se sempre da renda petroleira.

Com a queda da ditadura de Pérez Jiménez, em 1958, e a ascensão de um modelo de democracia conciliatória que vigorou até 1998, foi executada uma série de políticas incentivadoras da industrialização por substituição de importações (exoneração de tributos para matérias primas e bens de capital destinados à indústria, financiamento industrial subsidiado e promoção direta por parte do Estado à siderurgia e petroquímica) e foi criado um organismo de planejamento, o CORDIPLAN, cujo principal objetivo era formular as diretrizes das políticas econômicas de cada período presidencial. O primeiro programa formulado foi o "Plan Cuaternal (1960-1964)" que apresentou

"por primera vez de manera precisa la necesidad de poner en práctica un modelo de desarrollo económico que comprendía dos ejes: la industrialización y la modernización de la agricultura. Sobre esta base, el Estado asumió el papel de "promotor" del proceso de industrialización para atenuar la crisis y estimular al sector privado mediante el auxilio financiero y medidas proteccionistas" (BANKO: 2006, pp. 7-8).

Os resultados das políticas econômicas executadas a partir de 1960 apresentaram um significativo crescimento. Entre 1961 e 1964, o PIB total cresceu a uma taxa média de 7.6% e o Produto Industrial Bruto a 9.1%. Porém o dinamismo da indústria começou a diminuir no

período imediatamente posterior; entre 1965 e 1969 a taxa média de crescimento do setor foi de 4,9%. A queda do ritmo de crescimento industrial decorreu de limitações estruturais do mercado interno tanto pela limitação de tamanho como pela estrutura distributiva (BANKO, 2006). No mesmo período, a Venezuela passou por uma situação que foi comum aos países latino-americanos: aumento da importação de insumos e bens de capital, o que acarretava saída de divisas e déficits na balança de pagamentos.

A produção voltada para o subsidiado mercado interno, a dificuldade em competir no mercado internacional e a tendência à perpetuação das trocas desiguais, mesmo com o processo de industrialização por substituição de importações em curso, levaram a um questionamento das teses estruturalistas da CEPAL.

3. Crise do estruturalismo: as teorias da dependência

Durante os anos sessenta, os principais teóricos estruturalistas cepalinos re-visitaram os principais documentos elaborados na década anterior (FURTADO: 1961; PREBISCH: 1964). Percebia-se que o ritmo da industrialização substitutiva mostrava-se, além de insuficiente para solucionar os problemas sociais e econômicos, inferior ao que havia sido prognosticado. Iniciou-se uma discussão sobre a tendência à estagnação das economias latino-americanas e sobre a necessidade de se remover os obstáculos estruturais. A partir do nacional-desenvolvimentismo nos anos sessenta, a teoria da dependência teve *“sua primeira etapa de formulação entre 1964-1973, no encontro de exilados das diversas ditaduras que começam a proliferar na América Latina. Nesse movimento fundacional cristalizam-se duas grandes versões da teoria da dependência, que estarão em confrontação mais ou menos aberta a partir dos anos 70”* (MARTINS: 2001 p.156).

Diagnosticou-se que a industrialização tendia a intensificar, ao invés de reduzir, a tendência secular de desequilíbrios externos na região, uma vez que a industrialização de produtos “simples” (de pouco valor agregado) acarretava a aquisição de bens de capital que não eram produzidos na região. Por esta lógica

“os países cênicos só tinham a ganhar com a industrialização da periferia e com a maior abertura à importação de produtos nela originados. O argumento era, pois, o de que havia ampla ‘solidariedade intrínseca entre a industrialização e a expansão do comércio internacional’ (BIELSCHOWSKY: 2000, p. 31).

À medida que as formulações teóricas estruturalistas cepalinas deixam de orientar as políticas nacionais, o cenário intelectual latino-americano se apresentaria cada vez mais polarizado entre a visão neomarxista das várias facções de autores adeptos da teoria da dependência e a visão liberal, que apontava para os desvios do comércio e para os resultados negativos em termos de alocação eficiente de recursos. As críticas da esquerda vieram fundamentalmente do enfoque da dependência, que apontavam o processo de desenvolvimento como gerador de crescente dependência e polarização. Osvaldo Sunkel aponta que este movimento teórico:

“denunciaba además la existencia de un nuevo factor de dependencia, que agregaba a la especialización del sector productor de materias primas de exportación en virtud de que el sector industrial no hacía sino reproducir los padrones de consumo y tecnológicos del Centro mediante la inversión extranjera y la penetración de la corporación internacional. Si había generado, de esta manera, una situación en que gran parte de la expansión, modernización y crecimiento industrial había sido, por así decirlo, cooptado por un sector crecientemente dependiente y transnacionalizado” (SUNKEL: 1991, p. 43)

A teoria da dependência foi, dessa forma, uma espécie de superação das explicações insuficientes da teoria do desenvolvimento aplicada à América Latina, em específico, e ao terceiro mundo, em geral. Pode-se falar em teorias da dependência uma vez que além da perspectiva da integração subordinada de CARDOSO & FALETTTO, existia a perspectiva da dialética da dependência da superexploração do trabalho de Rui Mauro Marini, dos conglomerados multinacionais de Teothônio dos Santos e a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento de André Gunder Frank.

Em suas críticas à CEPAL, Cardoso & Faletto apontavam o fato de que o Órgão não dava a atenção necessária às especificidades de cada país da região e, conseqüentemente, ignorava as relações sociais e as articulações entre as classes que dirigiam o processo político e econômico. Defendiam que a análise da região devesse partir de uma

“perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isto supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de estruturalista, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de ‘processo histórico’” (CARDOSO & FALETTTO: 2004, p.34).

e conceituavam o desenvolvimento como *“resultado da interação de grupos sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico.”* (CARDOSO & FALETTTO: 2004, p.34).

Esses autores consideravam a crise da industrialização latino-americana como decorrência da crise do projeto de constituição de um capitalismo nacional coordenado pelo Estado e baseado na industrialização por substituição de importações, que era limitado pela escassez nacional de divisas. A superação dessa crise passaria pelo incentivo à entrada de capital estrangeiro que garantiria *“poupança externa sob a forma de tecnologia industrial ou moeda nacional”* (MARTINS: 2001 p. 156). Desta forma, o crescimento econômico seria facilitado e, com governos democráticos, as desigualdades seriam diminuídas.

Para sociólogo José de Souza Martins⁴, a teoria da dependência não era uma perspectiva, necessariamente de esquerda; tratava-se de uma *“tentativa de ajustar o desenvolvimento do país a possibilidades reguladas fora dele, no plano internacional, pelos grandes conglomerados econômicos, pelos governos estrangeiros dos países ricos”*. Segundo Souza Martins, nos anos sessenta, *“a crítica à situação de dependência era uma crítica de esquerda, mas, ao mesmo tempo, era uma proposta de adesão estratégica”*, o que abriu margem para muitos *“mal-entendidos”*. A esquerda entendia a dependência como consequência do imperialismo; Cardoso, a partir desta leitura, a tratava como ajustamento da economia nacional à *“globalização”*. Destaca Souza Martins que *“a lógica da globalização já estava lá naquelas preocupações de esquerda, claramente presentes nas idéias de Fernando Henrique”*. Luiz Carlos Bresser Pereira, ao discutir a mesma argumenta que

“A proposta mais geral da teoria da dependência consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação da dependência estão relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes); estes são fundamentais, mas tendiam a ser minimizados na interpretação nacional-burguesa, ignorados na teoria da modernização e superestimados na teoria da superexploração capitalista. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma “variável externa”, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as

⁴ A apresentação de José de Souza Martins sobre a teoria da dependência e os comentários de Paulo Nogueira Batista Jr. ocorreram em debate promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em 15 de junho de 1998, publicado posteriormente em BATISTA JR.: 2005 pp.83-92. As passagens de Souza Martins citadas aqui constam no referido texto.

diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes."
(BRESSER-PEREIRA: 1997, pp. 37-38).

Paulo Nogueira Batista Jr., ao comentar a análise de José de Souza Martins, enxerga esta questão de maneira contrária à tese de Bresser Pereira. Para Batista Jr. a leitura da dependência de Cardoso não passa de uma justificativa teórico-acadêmica para manter as estruturas sociais e justificar uma inserção internacional submissa

"Em suma, o posicionamento internacional do atual governo [de Fernando Henrique Cardoso] tem raízes mais fundas do que geralmente se imagina. Pelo lado intelectual, parece remontar às pesquisas e elucubrações de Fernando Henrique e de uma certa esquerda nos anos 60. Depurado da terminologia marxista ou quase-marxista em voga naqueles tempos, os textos de então dão um certo embasamento às opções e omissões de hoje. Aparentemente, não é de hoje que Fernando Henrique se ajusta bastante bem à tradicional preferência das elites brasileiras por uma integração subordinada à economia internacional. Há quem sustente que, como presidente da República, ele resolveu ir além e que o seu governo representa um aprofundamento e uma radicalização do habitual posicionamento internacional da camadas dirigentes locais" (BATISTA JR.: 2005, p. 86)

José Luís Fiori diz a esse respeito que a análise de Cardoso e Faletto, sobretudo da evolução histórica dos principais países latino-americanos, *"é pouco convincente à medida que articula artificialmente os avatares da luta de classes com uma periodização histórica prisioneira da análise econômica cepalina, que sempre desconheceu o problema do conflito de classes e foi relativamente indiferente à dinâmica real da presença interna dos constrangimentos postos pela dependência"*. (FIORI: 1995, p. 10)

A teoria da dependência de Ruy Mauro Marini e Teófilo dos Santos, entretanto, é comprometida em romper com a "periodização histórica prisioneira" apontada por Fiori. Consideram que a crise no capitalismo latino-americano não era apenas uma crise de direção nacional, mas uma crise de um capitalismo que desde meados da década de 1950, *"havia vinculado seu dinamismo industrial à empresa multinacional e à ampla penetração do capital estrangeiro"* (MARTINS: 2001, p. 157). O capital estrangeiro tinha o intuito de buscar aqui lucros e excedentes que seriam direcionados aos seus centros de acumulação, situados fora da região. O resultado desse processo era a saída das divisas dos países subdesenvolvidos, o que criava obstáculos à consolidação e aprofundamento do processo democrático. A dependência, para esses autores, é entendida como um sistema de relações econômicas, financeiras, políticas e culturais que mantém as nações subdesenvolvidas subordinadas aos grandes centros do mundo desenvolvido.

O conceito de superexploração do trabalho foi uma das contribuições de Ruy Mauro Marini para a economia política contemporânea. Ele foi estabelecido por Marini em *Dialética da Dependência* (1973) e significa um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva através do desenvolvimento tecnológico. A consequência dessa maior exploração do trabalhador é manifestada de três maneiras diferentes. A mais aguda é a redução salarial e as outras duas são o aumento da jornada ou da intensidade de trabalho, sem a elevação salarial correspondente ao maior desgaste da força de trabalho.

Para Ruy Mauro Marini, a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais valia relativa nos países industriais. Ou seja, na América Latina o problema “*é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna*” (MARINI: 2005, p. 154). Deste modo, a América Latina está longe de ser, ou de ter sido desde que assim foi definida, uma região pré-capitalista. Para Ladislau Dowbor, Marini parte “*da procura de uma caracterização de duas formas de acumulação, uma ‘pura’ no centro, e uma forma ‘sui generis’ na periferia latino-americana*” (DOWBOR: 1982, p. 66).

André Gunder Frank apresenta outra contribuição importante sobre a dependência. Frank argumentava que o domínio do capital internacional nos países subdesenvolvidos gerava um processo de expropriação de suas riquezas, em vez de ser um fornecedor de capital e colaborador do desenvolvimento da região. Frank distingue três períodos da história do capitalismo: mercantilismo, capitalismo desenvolvido (pós revolução industrial e pré-monopolista) e imperialismo.

“(...) the first stage the colonies were severely decapitalised and their structural capacity for development was severely weakened through not eliminated. During the second stage,(...) the weak social forces of capitalist development unsuccessfully struggled for survival against the metropolitan industrial bourgeoisie and its allies in the colonies themselves. And during the third monopoly capitalist or imperialist stage the economic basis of a developmentist national bourgeois class in these colonies was entirely eliminated or prevented from forming at all” (FRANK: 1978, p. 91, grifo nosso).

Com isso, então, Frank afirma a inexistência de uma burguesia nacional, diferentemente do que dizia Cardoso ou mesmo Dos Santos, para os quais a burguesia nacional existe e é comprometida com o capital internacional.

De acordo com BLOMSTRÖM & HETTNE (1990) o enfoque da dependência tem origem na criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento (críticas nacionalistas ao imperialismo e a crítica de Prebisch e da CEPAL à economia neoclássica) e no debate latino-americano sobre subdesenvolvimento (decorrente do debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo de Baran e Sweezy). Os mesmo autores interpretam que a teoria da dependência, entre suas várias vertentes, se concentra na idéia de que o subdesenvolvimento é relacionado com a expansão dos países industrializados, que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes de um mesmo processo universal. O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira de um processo evolucionista e a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).

A teoria da dependência, entretanto, depois de breve apogeu na primeira metade da década de setenta, seria profundamente questionada pelas interpretações econômicas neoliberais, protagonizadas pelos governos chileno e argentino, e que se transformaram em programas de estabilização e reformas estruturais para “re-inserção” destas economias nos marcos de uma economia crescentemente globalizada. No final dos anos setenta este modelo de desenvolvimento *hacia dentro* se esgotou devido a diferentes causas, como aponta Osvaldo Sunkel:

“Sin embargo, dicho proceso se agotó en los años setenta por diversas causas: la persistencia o agravamiento de serios desequilibrios económicos, financieros, sociales y políticos internos, la influencia de diversas crisis monetarias, energéticas y económicas internacionales de esa década, la aceleración de los fenómenos interrelacionados de la globalización y de la nueva revolución tecnológica, y, muy en particular, el surgimiento y predominio de la ideología y la praxis neoliberales, que se bien emergió ya en la década de 1970, se generalizo después de la crisis de la deuda externa a comienzos de los años ochenta y posterior colapso del mundo socialista”
(SUNKEL: 2006, p. 15)

Nesse momento, abandona-se a perspectiva estrutural e de longo prazo na análise dos problemas econômicos e sociais latino-americanos, deixando para um segundo plano o que fora o seu ponto de partida: “a antiga visão sistêmica e global sobre as condições periféricas e as

restrições externas ao crescimento, diagnosticadas na primeira hora do pensamento Cepalino” (FIORI: 2001, p. 41).

Em outras palavras, a partir da segunda metade da década de oitenta, essa antiga estrutura começou a dar espaço para uma nova estratégia, que priorizava entre outros aspectos a liberalização dos mercados, uma espécie de orientação para fora, no sentido de estimular o comércio e as exportações e a redução da intervenção do Estado.

No final da década de oitenta era visível que, enquanto ascendia a nova hegemonia liberal, *“o pensamento crítico perdera sua vitalidade, e muitos estruturalistas e marxistas aderiram, de uma forma ou de outra, ao projeto liberal-conservador que durante a década de 90 promoveu uma rodada de ‘modernização conservadora’”* (FIORI: 2001, p. 45)

Para o Aldo Ferrer, a não compreensão do momento histórico que se desenhou no final do século XX – e não a política estruturalista – foi a maior responsável pela crise do desenvolvimento latino-americano.

“A partir de la crisis de la deuda externa en la década de los ochenta y de la restauración neoliberal, se difundió el planteo de que las ideas y las recomendaciones de política de Raúl Prebisch y la CEPAL fueron las responsables de la crisis del desarrollo latinoamericano. Sin embargo, los desequilibrios macroeconómicos que predominaron en América Latina durante la fase de crecimiento hacia adentro no tuvieron ese origen. Sus causas responden a factores más complejos reveladores de la incapacidad histórica de América Latina para resolver con eficacia los dilemas del desarrollo en el mundo global” (FERRER: 2002, p. 216)

Na Venezuela, essa crise dos anos oitenta, mencionada por Aldo Ferrer, foi bastante intensa, uma vez que a situação internacional caracterizava-se pelos baixos preços do petróleo e excesso de oferta, o que abriu espaço para a abertura da indústria petrolífera ao capital privado nacional e estrangeiro, que ocorreu na década seguinte, denominada *Apertura Petrolera*. Nos anos noventa, sob forte influência do Consenso de Washington, o país adotou uma agenda de abertura e liberalização da economia, cuja essência foi a desvinculação entre a estatal petroleira PDVSA e Estado.

Dessa maneira, a década de noventa significou, de forma até então inédita na América Latina, e na Venezuela, em específico, o predomínio de uma nova ideologia econômica, que embasaria o “Consenso de Washington” e as políticas de liberalização e desregulamentação realizadas pelos seus diversos países, ainda que com distintas conotações e ritmos. Na Venezuela, a tentativa de superação da crise do desenvolvimento que vinha desde os anos

oitenta não suportava mais uma resposta que acentuasse o programa do “Consenso de Washington”, o que abre espaço para um novo modelo de relação entre Estado e economia.

4. A Teoria Neoestruturalista do desenvolvimento endógeno e sua aplicação na Venezuela

4.1. O Neoestruturalismo Latino-Americano

Após a crise do desenvolvimentismo na América Latina, e em decorrência dela, Osvaldo Sunkel, economista chileno ligado à CEPAL, organizou em 1991 uma coletânea de artigos sob o título “*El desarrollo desde dentro: um enfoque neoestruturalista para la América Latina*”, que tem como destaque o primeiro capítulo “*Del Desarrollo Hacia Dentro al Desarrollo Desde Dentro*” que pode ser chamado de *Manifesto Latino-Americano pós-desenvolvimentista*, assim como Albert Hirschman chamou de “*Manifesto Latino-Americano*” o texto “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*” de Raúl Prebisch (1949). Este segundo texto inaugurou uma agenda de reflexão e investigação que “*compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário-exportador, hacia afuera, ao modelo urbano-industrial, hacia adentro*” (BIELSCHOWSKY: 2000 p. 20). A superação da tese estruturalista pressupõe o entendimento de que o desenvolvimento, nas atuais condições históricas e econômicas da América Latina, apenas pode se efetivar *a partir de dentro*.

Osvaldo Sunkel escreveu no mesmo momento histórico que economistas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos formulavam o conjunto de medidas que ficariam conhecidas como “Consenso de Washington”. Tanto o ajustamento macroeconômico como o conceito de *desenvolvimento endógeno* tentam dar respostas para o mesmo problema: o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, agravado pela crise da dívida dos anos oitenta, em um contexto de aumento das desigualdades e de consolidação da democracia.

Dos anos 1950 aos anos 1970, os governos e as sociedades da América Latina tiveram como principal objetivo o desenvolvimento econômico. Desde então, a bibliografia latino-americana sobre desenvolvimento divide a história econômica da região em desenvolvimento

hacia fuera, até a década de trinta do século passado, e desenvolvimento *hacia dentro*, a partir da industrialização por substituição de importações. Para SUNKEL (1991: pp. 62-63) a mudança seguiu: “*la estrategia de desarrollo del pasado obedeció más a la precisión de las adversas circunstancias externas que a un propósito preconcebido de las autoridades económicas o de la intelectualidad de la época*”.

Sunkel considera a questão do endividamento latino-americano dos anos oitenta, que colocou sistematicamente a necessidade de ajustes recessivos, como o centro da análise da realidade econômica e das propostas alternativas. Visando uma transição para um modelo de desenvolvimento que garanta e fortaleça a democracia e seja sustentável a médio e longo prazos, Sunkel considera que:

“Llevar a cabo exitosamente esta transición implica, sin lugar a dudas, superar la etapa de desarrollo hacia adentro y las experiencias más unilaterales de crecimiento hacia afuera para encaminarse hacia una futura estrategia de desarrollo e industrialización ‘desde dentro’, portadora de un dinámico proceso de acumulación, innovación y aumentos de productividad”
(SUNKEL: 1991, p. 65)

Tal mudança implicaria a suspensão, ao menos parcial, dos serviços da dívida como única forma de recuperar os níveis de investimentos. O autor ressalta que de modo algum o esforço para obter poupança interna deveria ser alterado; apenas deveria ser transferido para investimentos internos.

Sunkel lembra que os anos liberais foram importantes tanto para questionar posições muito arraigadas, como para recordar a importância do mercado, do sistema de preços, da iniciativa privada, da disciplina fiscal e da orientação para fora do aparato produtivo (SUNKEL: 1991, p. 16)

Para ele, a demanda democrática dos anos oitenta deve ser entendida como “*las aspiraciones y exigencias de mayor participación generalizadas en las esferas económicas (ingresos, consumo y trabajo), social (educación, movilidad y organización), política (elecciones, decisiones y participación) y cultural (información, acceso y medios de comunicaciones)*” (SUNKEL: 1991, p. 51) O desenvolvimento a partir de dentro (endógeno) é a síntese da superação da crise dos oitenta e noventa e da consolidação da democracia.

Recordando que Prebisch pensava o processo de industrialização como capaz de criar um mecanismo endógeno de acumulação em que o progresso técnico fosse assimilado pelo lado produtivo, pela oferta, e não transferido ou copiado, Sunkel defende que a estratégia de

ampliação do mercado interno e a reprodução local dos padrões de consumo do centro acarretaram uma desigualdade muito grande na apropriação das receitas internas.

O grande desafio da América Latina é conseguir o financiamento requerido em curto prazo para *“completar, implantar y poner en marcha la dimensión total de la nueva estrategia, máxime cuando en la América Latina se vive una época de escasez crónica de divisas”* (SUNKEL: 1991, p. 65). As duas opções apresentadas de *“insistir en los ajustes recesivos elaborados por el FMI, generando recursos que en definitiva van a parar a manos de los bancos extranjeros”* ou *“iniciar políticas populistas para enfrentar sólo coyunturalmente la crisis, a riesgo de graves secuelas posteriores”* impõem, para o autor, a necessidade de *“una opción inmediata que signifique la suspensión al menos parcial de las transferencias al exterior del ahorro interno destinado al servicio de la deuda a fin de recuperar lo niveles de inversión”* (SUNKEL: 1991, pp.65-66).

O objetivo explícito do autor é a suspensão do pagamento dos serviços da dívida sem a diminuição dos esforços de poupança interna. O autor ainda propõe que esse esforço seja convertido em um mecanismo institucional, por exemplo, um “Fundo Nacional de Reestruturação Econômica e Desenvolvimento Social” em que deveriam

“estar representados democráticamente los sectores sociales mayoritarios e, inicialmente al menos, se deberían privilegiar aquellas fases de la estrategia destinadas a enfrentar los problemas sociales más agudos de corto y largo plazos, y a elevar la producción eficiente de bienes de comercio exterior”.
(SUNKEL: 1991, p. 67)

O Fundo pretende, portanto, conciliar uma política de combate à pobreza com um aumento no nível de investimento.

No caso do governo de Hugo Chávez, o controle da PDVSA por parte do executivo nacional e algumas mudanças na legislação do Banco Central permitiram materializar o Fundo idealizado por Sunkel sem uma ruptura com os credores internacionais. Ao mesmo tempo em que pagou rigorosamente em dia todos os compromissos das dívidas interna e externa, o governo Hugo Chávez criou, em 2005, o FONDEN, destinado a criação de indústrias básica, indústrias petroquímicas e aquisição de equipamentos médicos, e o FONDESPA, destinado a construção de obras de infra-estrutura e investimentos em agricultura, saúde e educação. Os recursos de ambos os fundos são oriundos das receitas extraordinárias das vendas do petróleo e eles fazem as vezes do “Fundo Nacional de Reestruturação Econômica e Desenvolvimento Social” proposto por Sunkel. Essa política do governo venezuelano, entretanto, ocorreu em

uma situação histórica peculiar, na qual o Estado controlou o petróleo ao mesmo tempo em que seus preços internacionais aumentavam significativamente. Portanto, uma queda nos preços internacionais do petróleo pode significar a necessidade do governo utilizar outros expedientes para manter os fundos que garantem o alto investimento interno e os programas de diminuição da pobreza.

Sunkel já apresentava a cartilha neoliberal como algo que

“apelando a una lectura sesgada de las experiencias de los países del Sureste asiático, (...)insiste en una serie de colocaciones doctrinarias y recomendaciones de política económica, entre las que destacan: la liberalización de precios y la desregulación de los mercados; una apertura completa del comercio exterior y del movimiento de capitales; la supremacía del sector privado y el subsidio del Estado; el hincapié en el instrumental monetario por sobre otros instrumentos de política económica de corto plazo; y la desatención de los factores y características estructurales, institucionales y políticos que configuran en buena medida la naturaleza y el funcionamiento de las economías subdesarrolladas” (SUNKEL: 2001, p. 15)

A estratégia de desenvolvimento a partir de dentro surgiu como vertente teórica distinta do enfoque ortodoxo neoliberal e considera que nem o enfoque neoliberal que prevalece atualmente, nem a reedição do estruturalismo do pós-guerra seja uma base adequada para enfrentar os atuais problemas latino-americanos. Porém, a estratégia *“destina todo su esfuerzo a recuperar los aportes positivos y valiosos de estos enfoques para combinarlos en una síntesis neoestruturalista renovada que busca responder a las características y exigencias de la época actual, superando las negativas experiencias de las recién pasadas décadas* (RAMOS & SUNKEL: 1991, p. 31).

Pode-se dizer ainda que FURTADO faz uma discussão fundamental para se compreender o conceito de endogeneidade na Venezuela. Em um pequeno texto escrito ainda em 1984⁵, Celso Furtado já tecia considerações acerca da busca da endogeneidade. Após discutir brevemente o subdesenvolvimento e a dependência tecnológica o autor resume em três modelos as experiências mais significativas de endogenização do desenvolvimento: coletivização dos meios de produção, satisfação das necessidades básicas da coletividade e aumento do grau de autonomia externa. (FURTADO: 1984, pp. 118-123)

A coletivização dos meios de produção é definida como projeto de endogenização baseado no *“controlé coletivo das atividades econômicas de maior peso, seja ao nível das unidades*

⁵ O desenvolvimento como processo endógeno in *“Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

produtivas (autogestão), seja ao nível nacional (planificação centralizada), ou ainda sob forma de combinação desses dois padrões de organização do controle do sistema econômico” (FURTADO: 1984, p. 118).

FURTADO (1984) aponta dois objetivos que parecem ser preenchidos pela coletivização. O primeiro é *“destruir as bases das estruturas tradicionais de poder”*, o segundo é *“substituir a lógica dos mercados por uma racionalidade mais abrangente, voltada para a consecução do desenvolvimento”* (p.119).

A satisfação das necessidades básicas da coletividade consiste em

“privilegiar a satisfação de um conjunto de necessidades que uma comunidade considera como prioritárias, ainda que definidas com imprecisão. Parte-se da evidência de que a penetração tardia da civilização industrial conduz a formas de organização social que excluem dos benefícios da acumulação frações consideráveis da população, senão a ampla maioria desta” (FURTADO: 1984, p. 120-121).

Para Celso Furtado a maior dificuldade está em gerar uma vontade política capaz de pôr em marcha tal projeto; aqui se deve ressaltar que o papel da oposição no golpe de 2002 e no *paro patronal-petrolero* de 2003 ajudou bastante.

O aumento do grau de autonomia externa consiste em

“assumir uma posição ofensiva nos mercados internacionais. Os investimentos são orientados de forma a favorecer setores com capacidade competitiva externa potencial e que tenham ao mesmo tempo um efeito indutor interno. Desse modo operam como motor da formação do mercado interno. As exportações apóiam-se em economias de escala e/ou avanço tecnológico e não em vantagens comparativas estáticas. (FURTADO: 1984, p.122)

Para Celso Furtado, *“O controle por empresas transnacionais das atividades produtivas com potencial de exportação, ao limitar a capacidade de ação na esfera internacional, pode obstaculizar esse tipo de estratégia”* (FURTADO: 1984, p. 123). Esta idéia é fundamental para compreender o papel que o controle da PDVSA teve na inflexão política venezuelana de 2003.

Na primeira fase do governo Hugo Chávez (até 2002), a coletivização praticamente não existiu. O controle da PDVSA é o grande ícone. Com a criação das Missões e, principalmente, dos *“núcleos de desenvolvimento endógeno”*, a partir de 2003, e do Mibam com suas *“empresas de produção social”*, o processo começa a vislumbrar-se.

4.2. O desenvolvimento endógeno no governo Hugo Chávez

As tentativas de teorização do desenvolvimento endógeno partem do mesmo pressuposto teórico dos adeptos da teoria da dependência, segundo os quais, uma das principais manifestações da dependência externa que caracteriza as economias latino-americanas é a ausência de um setor interno de meios de produção, que é monopolizado pelos transnacionais dos países centrais.

De acordo com Teothônio dos Santos:

“los países subdesarrollados aparecen para estas empresas como un mercado importante de capitales a través de la instalación de nuevas industrias que consumen, en general, maquinaria y materia prima elaborada importadas de los países desarrollados. El progresivo control de estas oportunidades de inversión en los países subdesarrollados permite a los monopolios ganar una gran expansión y constituirse como empresas multinacionales y conglomerados en busca de constantes fuentes de nuevas inversiones” (DOS SANTOS: 1969, p. 20).

Sob essa perspectiva, Nilson Araújo de SOUZA afirma que “seu desenvolvimento interno [das empresas de produção primária], é, pois, um dos principais indicadores de ruptura com a dependência externa” (SOUZA: 2004, pp. 25-26).

Enrique Vila Planes, arquiteto e assessor do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento faz a mais específica definição do que é desenvolvimento endógeno para o governo Chávez:

“el desarrollo endógeno de Venezuela es una concepción y acto político soberano para lograr el propio proyecto de Venezuela: desde, para y por dentro; y, además, desde, para y por abajo, tomando en cuenta los del medio y en acuerdo político con los de arriba (= el gobierno bolivariano)” (VILA: 2005, p.131).

Com isso, VILA identifica o desenvolvimento endógeno com um processo de transformação estrutural da sociedade. Trata-se de um modelo produtivo baseado nas capacidades e necessidades venezuelanas, utilizando fundamentalmente seus próprios recursos, que visa motivar permanentemente a participação comunitária comprometida com o seu próprio planejamento social.

O desenvolvimento endógeno é concebido para a Venezuela como um modelo de redução das desigualdades sociais, buscando integrar todos os ramos da economia e criar redes e cadeias produtivas, de comercialização e de consumo. Por isso, planeja-se um novo tipo de organização social para o país, baseado em cooperativas e organizações locais, que visem

formar uma rede de pequenas empresas (*clusters*). Trata-se, portanto, de um *Proyecto Nacional* baseado na diversificação da produção para substituir o dependente modelo de exportação baseado na transação comercial internacional do petróleo e alguns minerais por alimentos, insumos e toda classe de produtos elaborados.

Essa concepção do desenvolvimento endógeno procura colocar em prática o conceito de Sunkel, segundo o qual o desenvolvimento endógeno é

“un enfoque histórico-estructural de mediano y largo plazo, que da especial importancia a los recursos productivos internos, como acervos acumulados y potenciales adquiridos por América Latina, como base para el relanzamiento del crecimiento y desarrollo (...). Se apoya en la transformación de esos recursos, en el de los activos aprovechamiento acumulados, en la incorporación de toda su población –en especial de la marginada- y en la adopción de estilos de vida y consumo, técnicas y formas de organización más apropiados a ese medio natural y humano”. (SUNKEL: 1991, p. 75, 76)

CALCAGNO (2005), outro teórico cepalino contemporâneo, explica o desenvolvimento endógeno como um regime possível, que se apresenta como a tradução econômica do predomínio político dos setores populares organizados, em oposição ao neoliberalismo. Para o autor, o motor do desenvolvimento endógeno é o aumento da produtividade da maioria da população. Seja no modelo de desenvolvimento “para fora”, seja no “para dentro”, o aumento de produtividade se dá apenas em setores determinados. No primeiro caso, nos segmentos ligados à produção para exportação; no segundo caso, nos setores que são escolhidos como substituidores de importações. Sendo que neste último o aumento não acontece necessariamente, pois esses setores podem ser protegidos pelo Estado a tal ponto que diminuam sua produtividade.

Nesse sentido, o primeiro requisito do desenvolvimento endógeno venezuelano consiste em possibilitar o aumento do poder aquisitivo aos setores empobrecidos para sua efetiva incorporação ao mercado consumidor. Desde o início do governo Hugo Chávez houve uma preocupação em aumentar os gastos sociais e o poder de compra do salário mínimo, porém somente a partir de 2003 o governo começa a criar instrumentos institucionais consoantes com o conceito de “desenvolvimento endógeno”. De início são organizadas as missões sociais.

“(...) sin abandonar los de tipo asistencial-compensatorio del subperíodo 1999-2002, las nuevas iniciativas del gobierno giran en torno a: 1) el fortalecimiento de la seguridad alimentaria (Plan Nacional de Abastecimiento Alimentario: Programas MERCAL, Megamercados Populares, PROAL, entre otros; 2) a enfrentar la exclusión social (rural, educativa, productiva-laboral,

sanitaria); las estrategias de economía social-cooperativismo; la famosa trilogía de misiones educativas Robinson, Ribas y Sucre; la Misión “Vuelvan Caras”; y los Programas de Atención Primaria en salud, especialmente la Misión “Barrio Adentro”. 3) También se habló a finales de ese año de la Misión “Cristo” (o megamisión que englobaría a todas las misiones, con el lema “pobreza cero en el 2021)” (ALVARADO: 2006, p. 17).

Esses programas são colocados em prática sem alusões diretas a qualquer mudança do modelo de desenvolvimento ou mesmo a maneira de chamá-lo. Apesar de as missões terem iniciado em 2003, apenas em 2004 os representantes do governo começam a falar reiteradamente em “Desenvolvimento Endógeno” como modelo econômico e social geral. “Es decir, que primero se lanzan las estrategias económicas y sociales, ante el apremio de la coyuntura conflictiva, y luego el modelo como tal” (ALVARADO: 2006 p.15). Em 2005, como forma de consolidar o modelo de desenvolvimento, é criado o ministério da indústria básica (MIBAM), com o objetivo de “impulsionar a soberania produtiva”, e o ministério de economia popular (MINEP), com o propósito de desenvolver cooperativas e organizar a economia popular.

Por fim, em janeiro de 2006, o MIBAM cria a *Compañia Nacional de Industria Básica* (CONIBA), responsável por onze “empresas de produção social” em setores como mineração, tubos sem costura para passagem de petróleo, papel e celulose, entre outras.

5. Bibliografia:

- ALVARADO, Neritza, La pobreza en Venezuela, 1999- 2006: realidad, políticas y perspectivas *In: Anais da Canadian Association of Latin American and Caribbean Studies (CALAS) Conferece* , Canadá, 28 a 30 de setembro de 2006.
- BANKO, Catalina, **Proteccionismo y Industrialización en Venezuela**, Caracas: mimeo, 2006.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. **A economia como ela é...**, São Paulo: Boitempo, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **50 Anos de Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOUÉ, Juan Carlos. El programa de internacionalización en Pdvs: ¿Triunfo estratégico o desastre fiscal? *In: Revista Venezolana de Economía e y Ciencias Sociales*, vol. 8, nº 2. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela. Caracas, mayo – agosto 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. *In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). 50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamentos, instituições, depoimentos*. Petrópolis : Vozes, 1997.
- CALCAGNO, Alfredo E., Las industrias de base, el desarrollo endógeno y el Estado, *In: La construcción de las industrias básicas en el Desarrollo Endógeno*, Caracas: MIBAM, 2005.
- CARDOSO, F. H., & FALETTO, E., **Dependencia e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2004.
- CASTILLO, Ocarina, **Los años del bulldozer. Ideología y política 1948-1958**, Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1990.
- DOS SANTOS, Teófilo. **Teoria da Dependência**, Rio de Janeiro, Record 2000.

- DOWBOR, Ladislau, **Salários e lucros na divisão internacional do trabalho**, Lisboa: A regra do Jogo, 1982.
- FERRER, Aldo. El Pensamiento Económico Latinoamericano y la globalización *In: Revista BCV*, Caracas: Banco Central de Venezuela, 2002, p. 216.) en: <http://www.bcv.org.br/Upload/Publicaciones/rbcvf702.pdf>
- FIORI, José L. **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____, **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FRANK, André G. **Dependent accumulation and underdevelopment** Londres: The Macmillan press, 1978.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970.
- _____. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **Em Busca de Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. (1961) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento *In: BIELSCHOWSKY, R. (org), Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, São Paulo: Record, 2000.
- GOTT, Richard. **À Sombra do Libertador: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela**, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.
- LAFER, Betty Mindlin. **O Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MARINI, Ruy Mauro (1973), A Dialética da Dependência, *In: TRASPADINI, R & STEDILE, J. P.,(org), Ruy Mauro Marini: vida e obra*, São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, Carlos E., Reseña de “Dialética da Dependência (Antologia)” de Ruy Mauro Marini *In: Aportes* Puebla, México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2001.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da Economia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento da América Latina e seus Principais Problemas *In: Revista Brasileira de Economia*, ano 3, nº 3, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1949.
- _____, (1964) **Por uma nova política em prol do desenvolvimento**, *In: BIELSCHOWSKY, R(org), Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, São Paulo: Record, 2000.
- RAMOS, Joseph. Una estrategia de desarrollo a partir de los complejos productivos en torno a los recursos naturales *In: Revista de la CEPAL*, número 66, Santiago: CEPAL, 1998.
- SOUZA, Nilson A. El papel de la industria de base en el desarrollo endógeno, *In: La construcción de las industrias básicas en el Desarrollo Endógeno*, Caracas: MIBAM, 2005.
- SUNKEL, Osvaldo, **El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina**, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- _____. En busca del desarrollo perdido, *In: Problemas del Desarrollo*, Mexico: UNAM vol.37, nº 147, octubre- diciembre, 2006.
- STIGLITZ, Joseph, **El malestar en la globalización**, Buenos Aires:Taurus, 2002.
- TAVARES, Maria Conceição, (1964) Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In: BIELSCHOWSKY, R(org), Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, São Paulo: Record, 2000.
- VILA, Enrique. **El concepto de desarrollo Endógeno**. Exposição *in: Seminario de Desarrollo Endógeno de Ministerio de Industria Básica y Minería*. Caracas: MIBAM, 2005.